



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal do Rio Grande

Câmara Municipal do Rio Grande
PROCESSO Nº 68.481
03/04/1998

REQUERIMENTO

**COPIADO
DO
ORIGINAL**

Exmo. Sr. Presidente

	ATA Nº
EXPEDIENTE _____ / _____ / 199_____	
ACEITO EM _____ / _____ / 199_____	
APROVADO EM _____ / _____ / 199_____	
REJEITADO EM _____ / _____ / 199_____	
ARQUIVO)	

O(s) VEREADOR(ES) abaixo-assinado(s) requer(em) a V. Exma., após ouvida a casa

PROJETO DE LEI

*CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO RIO GRANDINO
A ADELINO DE OLIVEIRA SOARES.*

*ART.1.º - FICA CONCEDIDO O TÍTULO DE CIDADÃO RIOGRANDINO À
ADELINO DE OLIVEIRA SOARES.*

ART.2.º - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART.3.º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

RIO GRANDE , 31 DE MARÇO DE 1998.

Sala das Sessões, de de 199

Juarez Molinari

Vereador JUAREZ MOLINARI
Líder Bancada PPB

VISTO

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

FB 11
[Handwritten signature]

Assunto :

P A R E C E R

PROCESSO N.º 684 P/1

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 7 de abril de 1998

Presidente

[Handwritten signature]

Vice-Presidente

[Handwritten signature]

Secretário

Membro

[Handwritten signature]

Membro

C U R R I C U L U M V I T A E



Identificação

Nome: ADELINO DE OLIVEIRA SOARES

Sexo: masculino

Filiação: Maximino Soares (natural de Ossela, Oliveira de Azeméis, Portugal)

Emília de Oliveira Rosinha (natural de Outeiro, Loureiro, Oliveira de Azeméis, Portugal)

Endereço residencial: Rua Dr.Napoleão Laureano,317
96200.100 RIO GRANDE BRASIL
Tel/fax 00351.532.326173 (0532.326173)

Data de Nascimento: 04 de abril de 1937

Nacionalidade: brasileira e portuguesa

Naturalidade: LISBOA - PORTUGAL

Estado civil: casado (com Dione Almeida Soares, professora, natural de Rio Grande)

- Filhos:
- 1) Dra. Cristiane Almeida Soares Cattani, médica, casada, 25 anos
 - 2) Dra. Eliane Almeida Soares, advogada, solteira, 21 anos
 - 3) Daniel Almeida Soares, estudante de Administração de Empresas, solteiro, 23 anos

Formação

Fls. 07

1.1 - ENSINO DE 1º GRAU

Em LISBOA, na Escola nº 14, da 7ª Zona Escolar - Largo do Leão, aprovado "com distinção", sempre com o 1º lugar

1.2 - ENSINO DE 2º GRAU

Em LISBOA, na Escola Comercial Veiga Beirão - Largo do Carmo, aprovado, sempre com o 1º lugar

Em PELOTAS (Brasil), na Escola Técnica de Comércio - Curso Comercial Básico, aprovado, sempre com o 1º lugar

1.3 - ENSINO SUPERIOR

Em PELOTAS (Brasil), na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, Curso de Ciências Jurídicas e Sociais - Diplomado em dezembro de 1962

1.4 - OUTROS CURSOS:

1.4.1 - de extensão universitária, sobre "Conceptos de Derecho Internacional Privado", pelo Prof. Werner Goldschmidt, de Buenos Aires, na Faculdade de Direito de Pelotas

1.4.2 - idem, sobre "El Poder Ejecutivo Colegiado en el Uruguay", pelo Prof. Anibal Barbagelata, de Montevideu

1.4.3 - idem, sobre "Direito do Trabalho", pelos Profs. Francisco de Ferrari e Hector Hugo Barbagelata, de Montevideu

1.4.4 - prática de conversação em Inglês, pelo Instituto de Idiomas Yazigi, de Rio Grande

1.4.5 - "Educação Comunitária", pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul

1.4.6 - "Puericultura Social", pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

1.4.7 - "Administração por Objetivos", pela Universidade do Rio Grande e Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, de 27/5 a 1/6/1974, com duração de 20 horas

1.4.8 - "Desenvolvimento Econômico", pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Universidade do Rio Grande, de 1 a 2/6/1976, com duração de 12 horas

1.4.9 - "Aperfeiçoamento do Grupo Fisco", pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, de 3 a 21/5/1982

1.4.10 - "Pensamento Político Brasileiro" - Curso de Extensão da Universidade de Brasília, de 24/5 a 28/6/1983, com duração de 30 horas

2. Atividades profissionais/funcionais

- 2.1 - admitido em 1952 na empresa Xavier Irmão S/A., em Pelotas, como escriturário, tendo sido também faturista e correspondente, saindo em 1960 para assumir o cargo mencionado a seguir
- 2.2 - admitido em 15/1/1960 no cargo de Fiscal do Imposto sobre Vendas e Consignações, do Governo do Estado, após concurso público no qual obteve o 13º lugar e de que participaram 2.004 candidatos. Exerceu tais funções até 4/3/1985, data em que foi publicada sua aposentadoria a pedido, por tempo de serviço, na última classe da 'carreira-"D"
- 2.3 - nesse ínterim exerceu temporariamente as funções de Assessor Técnico-Jurídico da Inspeção Geral de Fiscalização da Secretaria de Fazenda do Estado
- 2.4 - por solicitação do então Prefeito de Rio Grande, em março de 1969, ao Governo do Estado, ficou cedido por 4 anos à Prefeitura desse Município, tendo sido o responsável pelas diretrizes da política fiscal e financeira da Secretaria da Fazenda, além de prestar uma assessoria geral ao Governo Municipal
- 2.5 - foi designado para assessorar os Secretários da Fazenda do Estado e da Indústria e Comércio, além de ter integrado diversas comissões de sindicância e de inquérito e grupos de trabalho do Governo Estadual
- 2.6 - foi convidado e prestou assessoramento à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Assembléia Legislativa do Estado para apurar desvio de mercadorias no Terminal Trigo-Soja do Porto de Rio Grande
- 2.7 - exerceu a função de Secretário da Comissão Municipal do Sesqui-centenário da Imigração e da Colonização do Rio Grande do Sul, instituída pelo Governo do Estado
- 2.8 - foi convidado e é procurador desde 86, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., junto ao Foro de Rio Grande
- 2.9 - desde que se aposentou, em 1985, exerce a advocacia, como profissional autônomo, especializado na área do Direito Tributário

FB. 04

3. Outras atividades comunitário-sociais

- 3.1 - Membro da Assoc. Internacional de LIONS CLUBES, desde 1962, tendo sido Presidente, Secretário, Tesoureiro e Diretor do Lions Clube Rio Grande-Centro, além de Presidente de Divisão do Distrito
- 3.2 - Idealizador, fundador e 1º Presidente Executivo da Soc. Riograndina de Auxílio aos Necessitados-"SORAN", além de membro permanente de sua Administração desde que foi fundada em março de 1965
- 3.3 - Colaborador, desde 1963, dos Jornais "O Peixeiro" e "Agora", de Rio Grande, para os quais escreve artigos variados, a par de uma seção regular sobre "Legislação e Tributação"
- 3.4 - Fundador e ex-Diretor do Departamento Assistencial do Conselho Comunitário do Município de Rio Grande
- 3.5 - Sócio e membro da Administração de diversos clubes e associações em Pelotas e em Rio Grande, tais como o Clube Comercial, o Clube Diamantinos, o Rio Grande Yacht Clube, o Clube Comercial, a Soc. Amigos do Cassino, a Soc. Amigos do Exército, a Escola de Cegos Álvares de Azevedo, a Liga de Combate ao Câncer, além de Assessor da Diretoria da Câmara de Comércio de Rio Grande

4. Publicações

- 4.1 - Compilou, sistematizou, consolidou e atualizou a legislação fiscal do Município de Rio Grande, tendo ainda elaborado índices analítico e remissivo para a mesma e editado um livro contendo-a, inclusive com modelos de livros e formulários, em 1970, sob o título "Manual Tributário Municipal"
- 4.2 - Escreveu um artigo de 12 páginas, sob o título "A Doutrina e a Concessão Liminar de Arresto em Ação de Execução" que foi selecionado e publicado pela Universidade do Rio Grande, pelo Departamento de Ciências Jurídicas, na Revista "JURIS", v.5, n.1, em 1992, Editora da FURG

Fls. 96

5. Envolvimento com a Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira

- 5.1 - Desde 1959, quando foi convidado para integrar o Conselho da Colônia Portuguesa de Pelotas, participou do mesmo como Secretário e membro da Comissão de Reformulação do Estatuto daquela Entidade
- 5.2 - Em 1960, por solicitação daquele Conselho, atuou como locutor da Rádio Cultura de Pelotas, apresentando o Programa "Páginas de Portugal"
- 5.3 - A partir de 1962, já em Rio Grande, publica periodicamente no semanário "O Peixeiro" e no diário "Agora" notícias sobre Portugal e a Comunidade Luso-Brasileira
- 5.4 - Em 1975 foi escolhido para Secretário da Comissão do Biênio da Colonização e Imigração Portuguesa no Estado, participando ativamente da elaboração do programa e das respectivas comemorações
- 5.5 - Em 1976 foi convidado pelo então Cônsul de Portugal em Porto Alegre para ser o Cônsul honorário em Rio Grande, tendo recusado tal convite por motivos funcionais
- 5.6 - Em 1977 foi eleito Presidente do Conselho Deliberativo do Centro Português de Rio Grande, por 2 anos, sendo re-eleito em 1979 e 1981, e depois como Secretário
- 5.7 - Em 1978 e em 1993 foi escolhido para Presidente das Comissões de Reforma dos Estatutos do Centro Português
- 5.8 - Durante vários anos foi redator e colaborador do Boletim do Centro Português de Rio Grande
- 5.9 - Em 13 de dezembro de 1991 foi nomeado pelo Exmo. Sr. Presidente da República Portuguesa - Cônsul Honorário de Portugal em Rio Grande
- 5.10 - Em março de 1993 tomou a iniciativa de propor à Câmara Municipal de Águeda a geminação desta com Rio Grande, que veio a efetivar-se em novembro de 1993, quando aqui compareceu uma Comitativa de 31 membros, liderada pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Assembleia Municipal daquela Cidade, ocasião em que foi assinado oficialmente o respectivo Protocolo.
- 5.11 - Em setembro de 1994 liderou uma Comitativa de 20 riograndinos, que foi a Águeda ratificar a geminação e ainda efetuar contatos comerciais e de divulgação em entidades e órgãos da imprensa de várias cidades de Portugal.
- 5.12 - Em março de 1995, como Cônsul e membro da Comissão de Geminação Águeda-Rio Grande, promoveu a vinda, para a 5ª Festa do Mar", de um grupo de aguedenses e de várias exposições, dos Açores e de Portugal Continental, além de cartazes e folhetos, para afixação e distribuição aos visitantes das mesmas

F30 [Handwritten signature]

Síntese das principais atividades do Dr. Adélino Soares, durante 2 anos (mar.69 a mar.71) de assessoramento ao Prefeito Municipal, Sr. Ten.Cel.Cid Scaroni Vicira:

1. Reforma Tributária, atualizando-a à nova Constituição e aos últimos atos e leis federais e estaduais; publicação através de um livro.
2. Consolidação de toda a legislação tributária do Município
3. Instituição de incentivos fiscais para novos investimentos
4. Colocação de um painel, na Quinta, sobre investimentos e turismo
5. Acordo e solução de antigo litígio com Augusto Otero e outros, que implicou no ingresso de Cr\$ 100.000,00 e na liberação dos terrenos do Cassino para construção
6. Acordo sobre dívidas relativas ao calçamento da Av.Cid.de Pelotas
7. Acordo com o Legislativo sobre normas para distribuição de auxílios e subvenções sociais, sua regulamentação no tocante ao pagamento, à aplicação e à prestação de contas
8. Instituição e regulamentação de bolsas de estudo rotativas, cujo fundo deverá proporcionar em breve ajuda a alevado número de estudantes pobres
9. Confeção de discos com "slogans" sobre turismo e investimentos
10. Estudo e resgate de antigas apólices municipais, algumas com mais/de 50 anos, cujos juros também não vinham sendo saldados
11. Estudo sobre as antigas quotas de retorno e elaboração de um trabalho demonstrando que o Estado deve ao Município uma avultada importância (Próc.nº 14.807/69-Secr.Fazenda do Estado)
12. Pagamento das 26 quadras adquiridas do Estado no Bairro S.Vargas
13. Implantação da correção monetária aos créditos fiscais do Município com vantagem para este no aumento da arrecadação e desestímulo/ aos contribuintes impositivos ou senegadores
14. Expurgo na Dívida Ativa, visando a dinamizar a cobrança dos créditos efetivamente arrecadáveis
15. Instituição de um prêmio para os cobradores da Dívida Ativa, visando a incentivá-los nesse mister
16. Reformulação do sistema de controle das certidões de Dívida enviadas à Procuradoria e exigência de maior ação por parte desta
17. Atualização e adoção de novo modelo da certidão de Dívida Ativa
18. Modificação da Lei da Zona Urbana, que datava de 1948, adaptando-a ao novo Código Tributário Nacional, para permitir a exigência / do Imposto Predial em áreas onde antes não era possível fazê-lo
19. Aferição de pesos e medidas em toda a Cidade.
20. Acordo com produtores para a nova Taxa de Licença p/Localização
21. Ordem de Serviço sobre o patrimônio público municipal, cujo controle quase inexistia, instituinte livros, fichário central, tombamento anual, codificação, etc.; atualização do valor dos móveis e imóveis e busca sobre os letes recebidos em doação ou dáção / em pagamento, para o respectivo registro e controle.

Fls. 08

22. Ordem de Serviço criando modelo único para as guias de arrecadação de quaisquer rendas, com controle central da Sec. da Fazenda, extinguindo e proibindo o uso de outros talonários ou guias avulsas
23. Fiscalização criando um cadastro por endereço, para cada fiscal, exigindo-se também um relatório semanal sobre sua atuação
24. Curso p/Fiscais - inclusive de outras Secretarias, com a entrega dos trechos da legislação mais frequentemente utilizados
25. Prêmio de Produtividade - instituição para os Fiscais e membros da Procuradoria, além de motoristas, buscando maior ação e cuidados.
26. Idêntica medida para os Operadores de Máquinas Rodoviárias
27. Aperfeiçoamento das normas sobre Serviços em Cemitérios e novas taxas
28. Criação da Tabela da Taxa de Serviços Urbanos
29. Levantamento e confecção de expediente pleiteando alteração no coeficiente local de participação no I.C.M., resultando numa majoração mensal de Cr\$ 11000,00 na oportunidade
30. Elaboração de proposição (depois aprovada também pelas associações / da Fronteira Oeste e da Zona Sul), sobre o sistema a ser adotado / na modificação dos atuais índices de participação no I.C.M.
31. Coleta de sonegações apuradas pelo Fisco Estadual, visando à cobrança dos tributos municipais também desviados, o que proporcionou um ingresso da ordem de mais de Cr\$ 150.000,00
32. Posto Fiscal de Povo Novo - demonstração de sua importância e sugestão para ser reimplantado, o que se consumou e vem comprovando sua necessidade e utilidade na distribuição do I.C.M. municipal
33. Fundo Especial de 2% - Elaboração de memorial ao Exmo. Sr. Presidente / da República, sobre projetos de esgotos, canal de drenagem e escolas, bem como defesa da tese no Rio de Janeiro e em Brasília
34. Constatação de erro de cálculo nos juros sobre empréstimo bancário / anteriormente obtido e exigência de sua correção e compensação
35. Alterações nos empenhos de Despesa, visando a maior rapidez e simplificação no processamento
36. Instalação de telefones internos na Sec. Fazenda
37. Segurança na Sec. Fazenda, através de uma ronda permanente e da aquisição e colocação de extintores contra incêndio
38. Idéia da instalação de uma central PBE na Prefeitura
39. Criação de novo formulário que serve ao mesmo tempo como Memorial / Descritivo e tabela de pontos para avaliação do imóvel, eliminando a necessidade de dupla visita por funcionários municipais
40. Entrocamento e Ordem de Serviço conjunta com a Sec. Coordenação e Planejamento sobre os serviços de vistorias a obras particulares
41. Idem, idem, criando um sistema de controle sobre desenhistas, projetistas, construtores, etc., procurando reduzir a evasão do Imposto / sobre Serviços de Qualquer Natureza
42. Feiras-Livres - entendimento com a Secretaria competente, objetivando evitar a duplicidade na fiscalização e na arrecadação de tributos
43. Coordenadorias Distritais - visitas periódicas ao interior, para fiscalizar e cobrar débitos, além de reuniões para entrocamento

- 1909
44. Controle de saída de funcionários e criação de um livro, a fim de reduzir as ausências para moradia e outros fins durante o expediente
 45. Instituição da Lei que criou a Taxa de Melhoramentos Públicos
 46. Licitações públicas - Ordem de Serviço para uniformidade de critérios e facilidade de interpretação das normas legais existentes
 47. Concurso entre servidores públicas - instituição do mesmo, para angariar sugestões, idéias ou trabalhos que aperfeiçoem os serviços
 48. Atualização dos formulários utilizados em contratos de compra e venda de imóveis pelo Município
 49. Estudo sobre as leis federais sobre Terras da União, para exame de / uma solução mais interessante a Rio Grande para os terrenos de marinha e acrescidos, no Cassino
 50. Estudo (em andamento) para regulamentação do Prêmio de Produtividade / aos Fiscais e Motoristas e aprovação das respectivas tabelas
 51. Idéia da criação de um Código de Vencimentos e Vantagens dos Servidores e Empregados Municipais
 52. Sugestão e elaboração de todos os projetos de lei sobre reclassificação e nova sistemática de remuneração dos Servidores da Prefeitura e suas Autarquias, bem como sobre seleção, provimento, etc.
 53. Idem, quanto ao exame de todos os requerimentos de enquadramento
 54. Pesquisas na legislação de outras prefeituras, estados, União e até do Exterior, na Lei Orgânica, no Estatuto dos Funcionários, na / Constituição, etc. e debates com técnicos, leitura de doutrina e / jurisprudência, tudo para confecção das normas citadas no item 52
 55. Instruções à Contabilidade sobre o desconto de I.Renda na fonte
 56. Providências para a elaboração de normas relativas ao desconto da / contribuição previdenciária, ref. a avulsos, eventuais e autônomos
 57. Providências para que o pagamento aos Fornecedores passe a ser feito por relação, através dos bancos, como na órbita estadual
 58. Providências para a regularização dos lotes pertencentes à Prefeitura e cuja venda proporcionará recursos ao erário público
 59. Criação de uma Guia-Declaração para os contribuintes do I.S.Q.N., para recolhimento pelos bancos, com economia de tempo e funcionários
 60. Redução de pessoal - na Sec. da Fazenda, entre fev. 69 e fev. 71 houve / uma diminuição de 15 servidores, face às diversas providências
 61. Disciplina funcional - deixaram a Sec. da Fazenda 3 servidores, um por recebimento de propina, um por rebeldia às ordens e outro por boicote ao serviço, adotando-se ainda outras medidas contra elementos desinteressados ou que só compareciam para assinar o ponto
 62. Organização interna da Sec. Fazenda - além de reuniões periódicas para debate e planejamento, determinou-se a criação de pastas em cada Divisão para arquivamento de instruções da Direção, a fim de evitar / solução de continuidade por motivo de férias, doença, substituição
 63. Terrenos da RFFSA - tombamento de sua propriedades no Cassino e elaboração de expediente pleiteando sua entrega ao Município em troca / de dívidas e de calçamento de ruas
 64. Correção de distorções no valor venal dos imóveis, foi obtida através de um fator especial novo, redundando também em melhor receita

- FB. 19/1/71
65. Revisão quanto a imóveis que haviam sido transferidos ao IPTU, mas que a rigor estão sujeitas ao imposto predial e territorial municipal, assim como quanto a isenções e imunidades anteriormente concedidas por falta de melhor análise do assunto
 66. Exame do Orçamento Programado para 1971, à procura de possíveis verbas disponíveis para suplementação das destinadas a calçamento, água, SANEOP e outras que necessariamente precisarão reforço no decorrer do ano.
 67. Instruções para leitura dos jornais diários pelas titulares das / diversas carteiras da SMF, a fim de tomarem ciência de anúncios e possam lançar contribuintes novos ou habilitar a Prefeitura / em ações executivas movidas por outros credores
 68. Providências para a verificação da possibilidade de pavimentação / de diversas artérias no Balneário Cassino
 69. Estudo, preparo e supervisão da confecção de 30.000 folhetos e um mil cartazes coloridos sobre turismo e investimentos
 70. Distribuição do material antes citado, através de embaixadas, consulados, bolsas de valores, agências de viagens, companhias de aviação, hotéis, buncas, estações de rádio, câmaras de comércio e de indústria, etc., pelo correio e por entrega pessoal, notadamente em praias e cidades principais do litoral brasileiro
 71. Preparo e divulgação permanente de notícias sobre os melhoramentos conseguidos pela atual Administração Municipal, através do "Diário Popular", "Correio do Povo", "O Peixeiro" e "Rádio Miramar".
 72. Estudos e contatos com bancos e empresas de financiamento sobre um possível empréstimo para as grandes obras que Rio Grande precisa e espera há muito
 73. Viagem a S. Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Goiânia, para tratar / de importantes problemas do Município junto ao Governo Federal, ocasião em que além das 4 tarifas recebidas, espontaneamente foram executadas outras 18 missões, cujos bons resultados figuram em relatório especial à parte
 74. Apresentação de uma série de sugestões para a melhoria dos serviços municipais, face aos exemplos e observações colhidos durante a / referida viagem
 75. Obtenção em Porto Alegre, depois de demoradas demarches, de um Técnico em Administração Pública, para agir especialmente no setor de concursos e de racionalização de serviços